

Vallim suspende a reforma

ELIANE OLIVEIRA

O projeto referente a uma ampla reforma administrativa no GDF não deverá ser elaborado na gestão do governador Wanderley Vallim. Essa é a conclusão a que vêm chegando técnicos das áreas econômica e administrativa, tendo em vista a eleição dos 24 deputados distritais em 3 de outubro próximo. Eles definirão, através da Lei Orgânica do Distrito Federal, as atribuições do governo e, conseqüentemente, seu organograma.

Da maneira como foi anunciada, a reforma implicaria em mudanças substanciais na máquina administrativa, abrangendo fusões de secretarias, extinção e privatização de estatais. Com resultado, ocorreria o corte de pessoal, podendo atingir cerca de sete mil servidores. O pior, calcula um secretário, seriam as alterações que poderiam acontecer em tanto trabalho e sacrifício.

Se o GDF, por exemplo, fundisse, numa só secretaria, as pastas

da Fazenda, Planejamento, Agricultura e Indústria, Comércio e Turismo e a Lei Orgânica, os deputados distritais discordassem da modificação, expandindo o leque de órgãos, a vontade de enxugar a máquina administrativa iria por água abaixo.

Enxugar a máquina, aliás, perdeu a tonalidade de dois meses atrás o governador, quando falava de reforma no GDF, tinha o respaldo das mudanças que iriam ocorrer na esfera federal. Falar em contenção de despesa mudando a estrutura governamental tornou-se extremamente antipático, numa cidade com milhares de funcionários públicos exonerados.

Comenta-se à "boca pequena", que Wanderley Vallim já admitiu, há algum tempo, que alterar o organograma do governo não é bom negócio. Isso sem contar os poucos meses que lhe restam de administração. Negar publicamente tal preceito, contudo, pode ser arriscado.